



# RELATO FINANCEIRO

## 2025

**Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia**



# ÍNDICE

## RELATO FINANCEIRO

<b>Relatório de Gestão .....</b>	<b>3</b>
Introdução .....	4
Conjuntura Económica e Financeira .....	6
Investimentos .....	10
Cobertura das Responsabilidades .....	24
<b>Demonstrações Financeiras.....</b>	<b>25</b>
Demonstração da Posição Financeira .....	26
Demonstração de Resultados.....	26
Demonstração de Fluxos de Caixa .....	27
Notas às Demonstrações Financeiras .....	28



# **RELATÓRIO DE GESTÃO**



# INTRODUÇÃO

## RELATO FINANCEIRO

### ENQUADRAMENTO

- O Artigo 152.º da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, determina que anualmente deve ser elaborado um relatório e contas para cada Fundo de Pensões, reportado a 31 de dezembro de cada exercício, o qual deve refletir de forma verdadeira e apropriada o ativo, as responsabilidades e a situação financeira do Fundo.
- A Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, na perspetiva do funcionamento eficiente do mercado de fundos de pensões, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões define um regime global relativo ao relato financeiro aplicável aos fundos de pensões.

### Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia

- O Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia financia um plano de pensões de benefício definido, cofinancia outro plano de pensões de benefício definido e financia diversos planos de contribuição definida.
- Durante o ano de 2025 não se registaram alterações relevantes na gestão do Fundo de Pensões.
- Em 31 de dezembro de 2025, o valor total do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia ascendia a 83 875 176 euros.



# INTRODUÇÃO

## RELATO FINANCEIRO

Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia

No decorrer do ano foram registados os seguintes movimentos:

	(valores em euro)
<b>Valor do fundo em 31-12-2024</b>	<b>80 428 854</b>
Contribuições	10 568 529
Benefícios Pagos	(2 334 207)
Transferências	(6 102 521)
Prémios de Seguros	-
Rendimento Líquido	1 314 522
<b>Valor do fundo em 31-12-2025</b>	<b>83 875 176</b>

# CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

## RELATO FINANCEIRO

### EUA

Apesar das tensões geopolíticas, a atividade nos EUA continuou a mostrar sinais de robustez em 2025. A procura interna continuou a impulsionar o crescimento económico e, após contribuir com 0,7 p.p. para o aumento trimestral de 1,1% do PIB no 3T (em resultado da aceleração no consumo público e privado, que mais do que compensou a quebra no investimento fixo), os dados mais recentes refletem um consumo dinâmico também no último trimestre do ano. Na mesma linha de robustez, o PMI compósito manteve-se em níveis confortáveis no final do ano (52,7 pontos), acima da marca dos 50 pontos que separa expansão de contração económica (ainda que com comportamentos distintos em determinados momentos entre o setor dos serviços e da indústria). Assim, no conjunto do ano, a economia poderá ter crescido em torno de 2,1%, -0,7 p.p. face ao registado em 2024, um comportamento surpreendente considerando o contexto de elevada incerteza que marcou o ano de 2025. A boa performance económica deste país estará também relacionada com um maior relaxamento da política monetária. De facto, a Fed continuou a aplicar cortes nas taxas de juro, com um primeiro corte de 25 p.b. em setembro. No total, reduziu em 75 p.b. a sua principal taxa de referência (com dois cortes da mesma magnitude em outubro e dezembro) face ao pico atingido em 2023, colocando a fed funds rate em 3,50%-3,75% no final do ano. No entanto, o ano foi marcado por divergências no seio do Federal Open Market Committee (FOMC), com tomadas de decisão longe da unanimidade entre votantes. Espera-se que os níveis atuais das taxas de juro ajudem a estabilizar o mercado de trabalho, levando à convergência da inflação para a meta dos 2% (em dezembro, a inflação global fixou-se em 2,7%).

As perspetivas de crescimento económico para 2026 continuam otimistas, embora haja incerteza relacionada com as tensões geopolíticas (Irão, Gronelândia), assim como no que diz respeito a eventuais alterações na política tarifária imposta pelo governo liderado por Donald Trump (em 2024 e de acordo com o FMI, a tarifa efetiva média aplicada às exportações para os EUA atingiu 18,5%). Por um lado, a economia dos EUA será suportada pela política fiscal e monetária menos restritiva (perspetivam-se dois cortes na fed funds rate no decorrer do ano, com expectativa do primeiro corte a ocorrer em junho, seguida de um adicional em outubro), enquanto a política comercial com a China mantém-se estável após ter sido alcançado um acordo de tréguas, por forma a reduzirem-se as tarifas até novembro de 2026 e com o objetivo de reduzir o controlo às exportações. Assim, para 2026, o crescimento da atividade económica deverá situar-se em torno de 2,5%. No entanto, os riscos associados à recente escalada de tensões geopolíticas (particularmente no Médio Oriente, Ucrânia, Ásia e América Latina) pode resultar em choques negativos na oferta, com impacto nas cadeias de abastecimento globais.

# CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

## RELATO FINANCEIRO

### Zona Euro

O panorama económico de 2025 revelou dinâmicas divergentes entre os principais blocos: os EUA demonstraram resiliência, embora com uma ligeira desaceleração face ao ano anterior, enquanto a Zona Euro manteve uma trajetória frágil. Apesar da recuperação face a 2024, a economia europeia continuou marcada por disparidades significativas entre os seus Estados-Membros. De facto, a taxa média de crescimento para o conjunto de 2025 foi de 1,5% (acima dos 0,8% registados em 2024), com todas as principais economias a contribuíram para esse resultado. A falta de dinamismo (resultando num crescimento modesto) explica-se pela situação divergente entre as duas grandes economias da região. A Alemanha, por um lado, continua a evidenciar dificuldades estruturais (tendo crescido apenas 0,3% em 2025, após dois anos de recessão económica), penalizada pelo setor industrial em transformação energética e por um setor dos serviços sem o impulso necessário para reverter a situação global, evidenciando ainda um recuo nas exportações. Por outro lado, França surpreendeu ligeiramente pela positiva ao crescer 0,9% no conjunto do ano, resultado inferior ao verificado no ano anterior (1,1%), fruto do dinamismo das exportações. Esta fraqueza económica é agravada por fatores desfavoráveis: na Alemanha, o atraso na libertação dos fundos aprovados para planos de investimento e defesa explica o motivo para o impacto no crescimento ter sido praticamente nulo até então (efeitos só serão evidentes no crescimento de 2026). França, por seu lado, continua mergulhada numa crise política, desencadeada pela dificuldade na aprovação do orçamento de 2026 num parlamento altamente fragmentado. A economia italiana manteve um crescimento modesto: o PIB em 2025 cresceu 0,7% (igual a 2024). No entanto, o muito ligeiro dinamismo na atividade no conjunto da economia dos países do euro, dá confiança na luta contra a inflação, o que permitiu avançar com a descida das taxas de juro de política monetária: o BCE desceu em 100 p.b. as suas taxas de juro, colocando a taxa depo em 2,0% no final de 2025. Em dezembro, a inflação global na Zona Euro atingiu a meta dos 2,0%, não sendo por isso descontado pelos mercados cortes adicionais por parte do BCE nas taxas de juro de referência.

As perspetivas de crescimento para a Zona Euro continuam bastante débeis para 2026, sendo esperado que o PIB cresça ligeiramente acima de 1%. Em primeiro lugar, os processos de consolidação orçamental irão manter-se em 2026 para muitas economias, após anos de políticas orçamentais muito expansionistas para compensar o impacto da pandemia e da guerra na Ucrânia. Itália e França, entre outros, estão sujeitas a procedimentos por défices excessivos, o que as obriga a aplicar medidas restritivas e a cumprir um calendário de objetivos. Adicionalmente, a incerteza em torno dos cenários continua bastante elevada.

# CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

## RELATO FINANCEIRO

É certo que a assinatura do acordo comercial com os EUA, embora não seja particularmente favorável para a UE (que enfrentará uma tarifa de 15%, em comparação com menos de 2,0% anteriormente em vigor), eliminou os cenários mais adversos (escalada das contramedidas), mas reforça a ideia de que as tarifas vieram para ficar. Além disso, não se pode descartar a possibilidade de serem ainda maiores se Trump acreditar que os termos do acordo não estão a ser cumpridos (por exemplo, a UE comprometeu-se a investir cerca de 600 mil milhões de euros nos EUA, mas as decisões de investimento dependem, em última análise, das empresas). Por outro lado, os EUA continuarão a utilizar a ameaça de novas tarifas como ferramenta de "negociação". Neste sentido, a UE pretende aprovar legislação que irá impor coimas, a partir de 2027, a todas as empresas cujas cadeias de abastecimento prejudiquem o ambiente ou os direitos humanos (dessa forma, a indústria do gás dos EUA, o principal fornecedor de GNL para a Europa, seria particularmente afetada). Trump considera este tipo de medidas como "barreiras comerciais não tarifárias" e já alertou que, caso entrem em vigor, responderá com novas tarifas. A nível interno, a situação política em França continua a ser uma importante fonte de risco, com potencial para gerar instabilidade financeira na região. É expectável que o impacto do investimento planeado para a componente da defesa (aumento dos gastos) seja materializado nos anos subsequentes, com a Zona Euro a beneficiar menos do impulso de investimentos ligados à tecnologia quando comparada com outras regiões.

### Portugal

O ritmo de crescimento do PIB em 2025 foi acelerando ao longo dos três primeiros trimestres (em termos homólogos, foi registado um crescimento de 1,7% no 1T, 1,8% no 2T e 2,3% no 3T), impulsionado sobretudo pela procura interna. No entanto, no 4T verificou-se uma ligeira desaceleração, ao crescer 1,9%. O ano foi ainda marcado pelo impacto da descida das taxas de juro, inflação controlada e expressiva incerteza no domínio das contas externas, em resultado do aumento das tarifas sobre as exportações para os EUA (levando à acumulação de stocks nos primeiros meses do ano). Assim, e considerando a estimativa preliminar do INE para o final de 2025, a economia portuguesa terá crescido 1,9% no conjunto do ano. Em paralelo registámos boas notícias no mercado de trabalho e nos preços. A taxa de desemprego atingiu 5,7% em novembro (constituindo um mínimo histórico) enquanto o emprego continuou a registar novos máximos. Por seu lado, a inflação manteve-se controlada ao longo do ano e muito próximo da meta dos 2% desde setembro; no conjunto do ano, a taxa de inflação desacelerou ligeiramente de 2,4% em 2024 para 2,3% em 2025, sendo de relevar a persistência da inflação dos serviços muito próximo da fasquia dos 4%.



# CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

## RELATO FINANCEIRO

Quer a evolução do mercado de trabalho, quer a desaceleração da inflação contribuíram para a recuperação do rendimento real e da taxa de poupança das famílias, tendo suportado a resiliência da atividade económica. Do lado das contas públicas, espera-se um saldo orçamental ligeiramente abaixo do excedente verificado no ano anterior (que se cifrou em 0,5% do PIB), justificado pelas medidas de redução de impostos e pelo aumento permanente da despesa. Neste contexto, o rácio de dívida pública manteve a sua trajetória de redução, e deverá ter terminado o ano abaixo de 90% do PIB (face a 93,6% em 2024).

Olhando para 2026, as perspetivas continuam positivas, suportadas pela resiliência do consumo (que beneficia da robustez do mercado de trabalho), da recuperação do rendimento disponível (por via de aumentos salariais e medidas de alívio fiscal, ligeira desaceleração da inflação e taxas de juros reduzidas) e do acumular de poupanças (no 3T de 2025, a taxa de poupança aumentou para 12,5%, o nível mais elevado desde 2003, excluindo os anos da pandemia). Também parece plausível uma aceleração ao nível do investimento, pelo facto de entrarmos no último ano de execução dos fundos NGEU. Neste contexto, a economia portuguesa deverá crescer à volta dos 2% em 2026. Perante esta conjuntura, é expectável que as contas públicas apresentem ligeiros défices, refletindo a implementação de medidas fiscais que contribuem para a redução de receita e aumento de despesa. O rácio de dívida pública, por sua vez, deverá continuar a sua trajetória de descida, aproximando-se dos 86% do PIB. Os riscos decorrem, principalmente, da vertente externa, como, por exemplo, um aumento do protecionismo e/ou impacto nos preços das principais matérias-primas do eventual agravamento de fatores geopolíticos. Internamente, aponta-se a fraca execução do PRR e o seu impacto no crescimento potencial.

# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### Política de Investimentos

De acordo com a política de investimentos estabelecida no Regulamento de Gestão do Fundo de Pensões, as grandes linhas quanto às aplicações financeiras são as seguintes:

Classe de Ativos	Limite Mínimo	Limite Máximo
Ações	0.0%	20.0%
Obrigações	50.0%	100.0%
Alternativos	0.0%	20.0%
Liquidez	0.0%	50.0%

O *benchmark* de referência para todas as classes identificadas na política de investimentos do Fundo de Pensões corresponde à Euribor a 3 meses.

A política de investimentos cumpre com os requisitos do artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho.



# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### Política de Investimentos

#### Investimento Responsável e Sustentável

A BPI Vida e Pensões adota uma política de investimento responsável, garantindo assim, que toma em consideração os possíveis riscos e impactos Ambientais, Sociais e de Governo das Sociedades (ASG) no seu processo de investimento e que contribui para a sustentabilidade do mercado no longo prazo sem alterar o objetivo do Fundo de Pensões.

Para integrar estes princípios na prossecução de um objetivo global, a BPI Vida e Pensões tornou-se signatária dos Princípios de Investimento Responsável das Nações Unidas (UN PRI), fazendo parte de um conjunto de investidores globais que têm um compromisso público de curto prazo de implementar e promover práticas de investimento responsáveis (<https://www.unpri.org/about>).

De uma forma geral, a BPI Vida e Pensões manifesta-se contra o investimento em empresas ou Estados que levem a cabo práticas condenáveis ou que violem tratados internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas, do qual é signatária.

A Companhia possui uma Política de Relação com o Setor da Defesa, na qual define restrições ao investimento em empresas ligadas à produção de material de defesa, e uma Política de Gestão de Risco Ambiental, que define exclusões setoriais aplicadas aos investimentos realizados diretamente pela Companhia com o objetivo de reduzir a sua exposição aos riscos ambientais e, em particular, aos riscos físicos e de transição.

Na eventualidade de uma entidade não cumprir os requisitos de seleção adotados pela Companhia, a BPI Vida e Pensões adotará uma estratégia que procure que a empresa proceda ao cumprimento dos requisitos violados com a maior brevidade possível, de uma forma compatível com a perspetiva económica de uma gestão razoável e sustentável. A estratégia poderá passar pelo envolvimento com a entidade, por medidas de mitigação dos riscos de sustentabilidade ou mesmo pelo desinvestimento parcial ou total.



# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

A Companhia considera importante o diálogo com as sociedades participadas, pelo que, sempre que se justifique, estabelecerá contacto direto com as mesmas, nomeadamente para transmitir sugestões que se afigurem relevantes sobre qualquer matéria de especial importância ou que reflita especial preocupação. A Companhia poderá também promover o diálogo ativo com as entidades e os gestores de ativos, quer diretamente, quer participando em ações coletivas destinadas a adotar as medidas necessárias à modificação de práticas ou atividades controversas, podendo eventualmente desinvestir em caso de incompatibilidade das atividades exercidas pela entidade.

Com o objetivo de ser um agente ativo na gestão dos seus investimentos e exercer os direitos que daí decorrem, especialmente nos âmbitos definidos pelos UNPRI, a BPI Vida e Pensões:

- Participa direta ou indiretamente em fóruns e grupos de trabalho que visam promover o diálogo com os gestores de ativos e as empresas em que investe, podendo desinvestir em caso de incompatibilidade com os aspetos anteriormente expressos ou com as suas políticas.
- Quando aplicável, e respeitando o disposto na Política de Direito de Voto, exerce os direitos de voto e participa nas assembleias gerais respeitando os objetivos e políticas de investimento e promovendo a valorização sustentável da empresa em que participa.

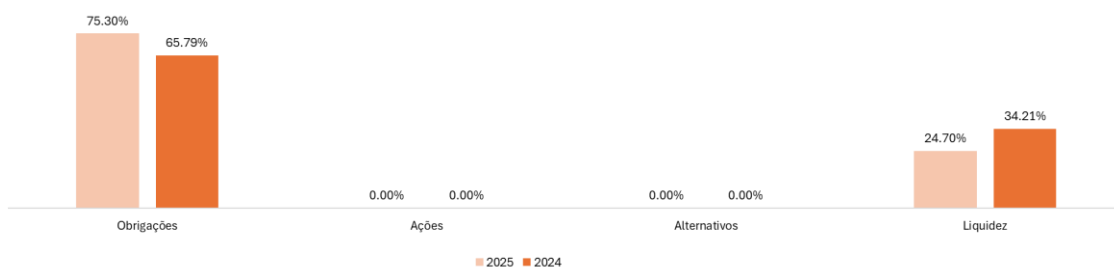
A BPI Vida e Pensões publica no seu site ([www.bpividaepensoes.pt](http://www.bpividaepensoes.pt)) as suas Políticas que, em conjunto, oferecem o enquadramento do modelo de investimento socialmente responsável da Companhia.

# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### Política de Investimentos

Em 2025, as aplicações do Fundo de Pensões apresentam a seguinte composição:



# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### Política de Investimentos

#### Cumprimento das Regras Prudenciais

O Fundo de Pensões deverá cumprir com os limites de diversificação e dispersão prudenciais das aplicações de investimentos do Fundo de Pensões constantes no artigo 12.º da Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho.

O património do fundo de pensões deverá observar os seguintes limites:

Requisito	Controlo
1. Investimento em valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação num mercado regulamentado não pode representar mais do que 15%.	Cumpre
2. Investimento em unidades de participação de organismos de investimento coletivo não harmonizados não pode representar mais do que 10%.	Cumpre
3. Investimento em ativos expressos em moedas distintas daquela em que estão definidas as responsabilidades do fundo de pensões não pode representar mais do que 30%.	Cumpre
4. Valor de mercado dos ativos cedidos em operações de empréstimo não pode exceder os 40%.	Cumpre
5. Investimento numa mesma sociedade não pode representar mais do que 10%, este limite é de 5%, caso se tratem de investimentos em associados do fundo de pensões ou em sociedades em relação de domínio ou de grupo com esses associados	Cumpre
6. Investimento relativamente a sociedades em relação de domínio ou de grupo entre si ou com a entidade gestora (títulos emitidos, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito) não pode representar mais do que 20%, sendo o limite de 10%, caso se tratem de investimentos efetuados no conjunto dos associados do Fundo de Pensões e das sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com esses associados	Cumpre
7. Investimento em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo não harmonizado não pode representar mais do que 2%	Cumpre
8. Caso os organismos de investimento coletivo não harmonizado invistam em outros organismos de investimento coletivo não harmonizado, é considerado o investimento em unidades de participação de cada um destes outros organismos, o qual não pode representar mais do que 2%	Cumpre

# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### Política de Investimentos

Comparação dos Limites de Exposição

No quadro seguinte procedeu-se à comparação dos limites de exposição previstas na política de investimento do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia com a alocação a 31.12.2025:

Ativos	Política de Investimento		Alocação 31.12.2025	Controlo
	Limite Mínimo	Limite Máximo		
Obrigações	50.00%	100.00%	75.30%	Cumpre
Ações	0.00%	20.00%	0.00%	Cumpre
Alternativos	0.00%	20.00%	0.00%	Cumpre
Liquidez	0.00%	50.00%	24.70%	Cumpre

# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### Política de Investimentos

#### Análise de Performance

No quadro seguinte apresentam-se as rendibilidades históricas anualizadas do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia com a indicação dos níveis de risco do fundo de pensões no período e as rendibilidades do *benchmark*:

#### Categoria A

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade Benchmark
Nos últimos 5 anos	1.04%	1	1.77%
Nos últimos 3 anos	2.19%	1	3.14%
Nos últimos 12 meses	2.06%	1	2.25%

#### Categoria B

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade Benchmark
Nos últimos 5 anos	0.53%	1	1.77%
Nos últimos 3 anos	1.67%	1	3.14%
Nos últimos 12 meses	1.53%	1	2.25%

#### Categoria C

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade Benchmark
Nos últimos 5 anos	0.27%	1	1.77%
Nos últimos 3 anos	1.41%	1	3.14%
Nos últimos 12 meses	1.26%	1	2.25%

As rentabilidades apresentadas são anualizadas e brutas de comissões de gestão; representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor do investimento pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco, que varia entre 1 (risco baixo) e 7 (risco elevado).

# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### Política de Investimentos

#### Observações

- O cálculo das medidas de rentabilidade tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Rentabilidade efetiva} = (UP_f / UP_i) - 1$$

Em que,  $UP_f$  = Valor da unidade de participação no final do período de referência

$UP_i$  = Valor da unidade de participação no início do período de referência

$$\text{Rentabilidade anualizada} = (1 + \text{rentabilidade efetiva})^{365/n} - 1$$

Em que,  $n$  = número de dias do período de referência da rentabilidade efetiva utilizada

- O cálculo das medidas de risco tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Volatilidade} = \sigma_f = \sqrt{\frac{m}{T-1} \sum_{t=1}^T (r_t - \bar{r})^2}$$

Em que,  $r_t$  = rentabilidade efetiva semanal no período  $t$

$T$  = n.º de semanas no período de referência, coincidente com o período utilizado para o cálculo da rentabilidade

$\bar{r}$  = média aritmética simples das rentabilidades efetivas semanais, para o período de referência.

- A classificação do risco tem por base as seguintes fórmulas:

Classe de Risco	Intervalo da Volatilidade	
	Maior ou Igual a	Menor que
1	0.0%	0.5%
2	0.5%	2.0%
3	2.0%	5.0%
4	5.0%	10.0%
5	10.0%	15.0%
6	15.0%	25.0%
7	25.0%	

Baixo Risco			Elevado Risco			
Remuneração potencialmente mais baixa			Remuneração potencialmente mais elevada			
1	2	3	4	5	6	7



# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### Comentário aos Resultados

O ano de 2025 ficou marcado por uma maior volatilidade nos mercados financeiros. Apesar das tensões comerciais e da instabilidade política ao longo do ano, os índices acionistas registaram um desempenho positivo impulsionado pelo otimismo em torno da Inteligência Artificial (IA). Do lado empresarial, o ano foi igualmente favorável, com a generalidade das empresas a reportar resultados sólidos ao longo do período.

Nos ativos de taxa fixa, assistimos no início do ano a uma subida das *yields* em todos os prazos da curva de rendimentos devido ao reajustar das expectativas da magnitude da descida das taxas de juro de referência. No final do ano, assistimos novamente a uma subida das *yields* em todos os prazos da curva de rendimentos.

No ano de 2025 a carteira apresentou um desempenho positivo de 2.58%.

A classe de obrigações de taxa fixa encerrou o ano com um contributo positivo de 2.08%. Durante o ano, a carteira de dívida pública beneficiou do posicionamento neutral em termos de duração na curva de rendimentos, bem como da alocação geográfica. No que diz respeito às taxas de juro de curto prazo diminuíram ao longo do ano. Os prémios de dívida privada estreitaram ao longo do ano. Neste contexto, a componente de taxa variável teve um contributo positivo para a *performance* de 0.13% no ano. Assim, a componente de dívida privada apresentou um contributo relevante para o desempenho da carteira.

A componente de liquidez apresenta um desempenho de 0.35% que não contempla o impacto dos custos de gestão associados ao fundo.

No que refere ao investimento sustentável, salientamos o rating ASG de "A" para a carteira de ativos. No final do trimestre, a carteira apresentava uma exposição de 3% a obrigações sustentáveis de empresas e a fundos terceiros classificados como *light green* e *dark green*, correspondente aos artigos 8º e 9º da SFDR respetivamente. De destacar ainda o contributo da carteira para os diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, destacando-se o 5, 10 e 13.

# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### Sistema de gestão de riscos

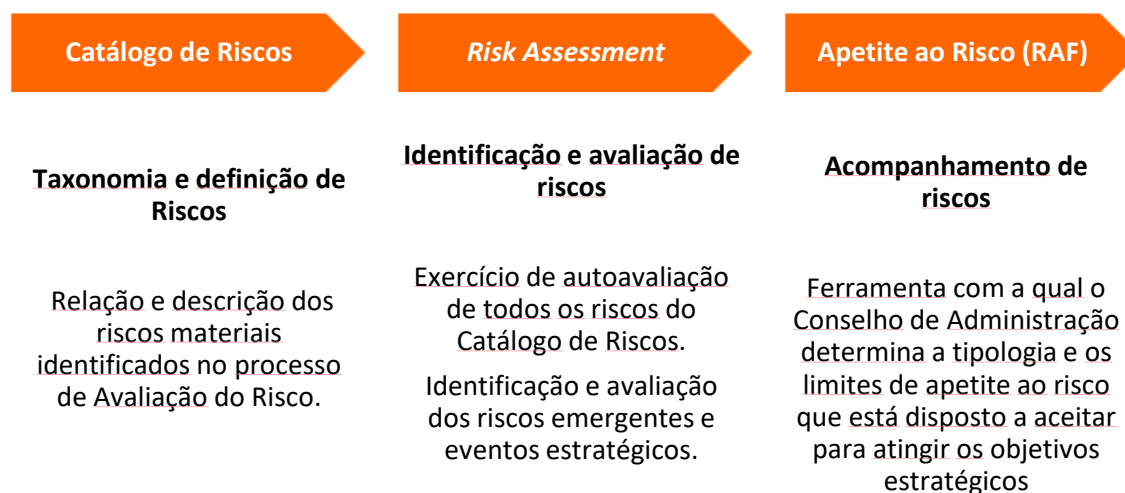
Nos pontos seguidos são detalhados os elementos-chave do sistema de gestão de riscos da BPI Vida e Pensões.

#### a. Governo e organização

A BPI Vida e Pensões tem estrutura organizacional e funcional disponibilizando recursos suficientes de modo a assegurar que o seu sistema de governo seja adequado em relação à natureza, volume e complexidade dos riscos inerentes à atividade desenvolvida.

#### b. Processos estratégicos de gestão de riscos

A BPI Vida e Pensões dispõe dos seguintes processos estratégicos de risco para identificação, medição, mitigação, monitorização, controlo e reporte dos riscos, alinhados com a metodologia do Grupo CaixaBank:



#### c. Cultura de risco

A cultura de risco desempenha um papel muito importante na consciência sobre o risco e sua gestão. Na BPI Vida e Pensões a cultura de risco abrange os comportamentos e atitudes face ao risco, bem como a gestão dos colaboradores, que refletem os valores, os objetivos e práticas partilhadas. Esta cultura procura influenciar as decisões da direção e dos colaboradores nas suas atividades diárias, com o objetivo de evitar comportamentos que, inadvertidamente, possam aumentar riscos ou incorrer em riscos que não podem ser assumidos.

# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### **d. Cumprimento dos limites**

As posições de risco do Fundo podem variar significativamente dependendo das expectativas de evolução do mercado, mesmo considerando as limitações de exposição a obrigações, a ações e a investimentos alternativos.

A BPI VP tem atualmente implementados métodos de controlo e mensuração dos limites a que os investimentos estão sujeitos, que garantem o rigoroso cumprimento da Política de Investimento de acordo com a legislação aplicável.

A monitorização do *compliance* regulamentar e interno específico de cada carteira é realizada sobre cada fecho da carteira, comunicando-se imediatamente os desvios aos gestores e, se for caso disso, ao responsável da área de gestão de carteiras.

Semanalmente, é produzido um relatório onde são identificadas eventuais situações de incumprimento, face ao regime prudencial ou à política de investimentos de cada carteira, contendo a justificação e a medida de correção implementada ou a implementar para a sua regularização.

Adicionalmente, e com uma periodicidade mensal, é elaborado um relatório onde são analisados todos os ativos sob gestão da Companhia e é aferida a consistência das posições financeiras com as políticas internas da Companhia, em particular no que diz respeito a indicadores geográficos, de solvência e de liquidez.

### **Sistema de controlo interno**

O modelo de controlo interno assenta num modelo de controlo a três níveis, que garante a segregação estrita de funções e a existência de vários patamares de controlo independente:

- O primeiro nível de controlo está integrado nos procedimentos e processos das unidades operacionais que gerem efetivamente os riscos;
- O segundo nível de controlo assegura a qualidade de todo o processo de gestão; revê a coerência com as políticas internas e as diretrizes públicas dos processos relacionados; realiza controlos específicos; orienta sobre o desenho e a revisão dos processos e sobre os controlos estabelecidos nas unidades de gestão de riscos; adota as medidas de mitigação; desenvolve sistemas de avaliação e medição de risco; propõe limites de tolerância ao risco; monitoriza as exposições em relação aos limites de tolerância aprovados.

# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

- A função de auditoria interna, como terceiro nível de controlo, é uma função independente e objetiva de salvaguarda e consulta, concebida para acrescentar valor e para melhorar as operações. Em particular, a auditoria interna atua como terceiro nível de controlo, supervisionando as ações do primeiro e do segundo nível de controlo.

### Gestão de risco

Apresentam-se de seguida a descrição dos riscos a que as Associadas, os Participantes e os Beneficiários se encontram expostos:

#### a. Risco de mercado

Os principais riscos de mercado advêm de variações dos preços dos títulos das carteiras, decorrentes da perceção dos investidores a fatores intrínsecos ao emitente ou aos mercados, ou ainda a fatores geopolíticos. Destacando-se o risco de spread e o risco de taxa de juro.

O risco de *spread* decorre do potencial efeito adverso de uma subida dos prémios de risco dos emitentes das obrigações detidas pela Companhia, e conseqüente descida dos preços de mercado desses títulos. O risco de spread é analisado numa base regular pela área de gestão de carteiras, através de medidas de sensibilidade à evolução dos spreads de crédito, nomeadamente a *spread duration*.

O risco de taxa de juro é, igualmente, analisado regularmente pela área de gestão de carteiras, com o recurso a medidas de sensibilidade à evolução das taxas de juro, nomeadamente a *duration*. Estes cálculos são também realizados pela área de controlo de gestão numa base trimestral.

De referir ainda a determinação do *Value at Risk* (VaR), que corresponde à estimativa de perda máxima esperada para uma carteira num determinado horizonte temporal com um determinado nível de confiança. Os resultados das políticas de cobertura, implementadas pelos gestores, são igualmente avaliados e consolidados, nomeadamente através dos valores do VaR determinados com e sem derivados.

#### b. Risco de Crédito

O risco de crédito de cada título é avaliado tendo em consideração o risco de crédito de cada emissor e a natureza de sua dívida, bem como a notação de *rating* e a probabilidade de *default*.

# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### Riscos Materiais

De acordo com a composição da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia, em 31.12.2025, os riscos materiais associados eram:

Risco de Mercado				Risco de Crédito	Risco Imobiliário		Invest. Alternativos
Ações	Obrigações	Câmbio			Directos	Indiretos	
Ações	Taxa de juro	Taxa de câmbio	Cobertura Total				
	x			x			

Comparativamente com o ano anterior, não se registou qualquer alteração no tipo de riscos a que o fundo de pensões se encontra exposto.



# INVESTIMENTOS

## RELATO FINANCEIRO

### Riscos Materiais

Risco de Mercado – Incerteza quanto a rentabilidade futura de instrumentos financeiros ou possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de alterações dos preços de mercado dos ativos

- Ações – Perdas decorrentes de alterações de preços de ações
- Taxa de Juro – Perdas decorrentes de alterações de taxas de juro
- Câmbio – Perdas decorrentes de alterações de taxas de câmbio

Risco de Crédito – Ocorrência de perdas resultante da possibilidade de a contraparte num determinado contrato entrar em incumprimento.

# COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES

## RELATO FINANCEIRO

O nível de cobertura das responsabilidades por serviços passados, em 31.12.2025 encontra-se descrito no quadro seguinte:

(valores em euros)

Número da Adesão	Valor da quota-parte do fundo	Cenário de financiamento		Cenário mínimo de solvência	
		Responsabilidades passadas	Nível de cobertura	Responsabilidades passadas	Nível de cobertura
49	1 223 438	479 823	255%	224 145	546%

Lisboa, 29 de abril de 2026

A BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.

Isabel Castelo Branco

Isabel Semião



# **Demonstrações Financeiras**

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

(valores em euro)

Demonstração da Posição Financeira	Notas	31-12-2025	31-12-2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Investimentos</b>			
<b>Títulos de dívida pública</b>	<b>5</b>	<b>37 720 891</b>	<b>34 763 872</b>
<b>Outros títulos de dívida</b>	<b>5</b>	<b>44 093 480</b>	<b>44 321 363</b>
<b>Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI</b>	<b>6</b>	<b>1 497 708</b>	<b>760 071</b>
Depósitos à Ordem		1 497 708	760 071
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>	<b>7</b>	<b>642 934</b>	<b>660 796</b>
Juros a Receber		642 934	660 796
<b>Total Ativo</b>		<b>83 955 013</b>	<b>80 506 102</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Credores</b>			
Entidade Gestora	<b>8</b>	72 558	69 149
Estado e outros entes públicos		3 643	4 595
Outras Entidades		3 635	3 504
<b>Total Passivo</b>		<b>79 836</b>	<b>77 248</b>
<b>Valor do Fundo</b>			
		<b>83 875 176</b>	<b>80 428 854</b>
<b>Valor da Unidade de Participação</b>			
		<b>12.82686</b>	<b>12.56821</b>
		<b>12.69402</b>	<b>12.50295</b>
		<b>12.62807</b>	<b>12.47042</b>

### O Contabilista Certificado

*Fernando Dias*

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(valores em euro)

Demonstração de Resultados	Notas	31-12-2025	31-12-2024
Contribuições	<b>9</b>	7 649 255	14 097 796
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	<b>10</b>	(5 517 455)	(12 382 779)
Ganhos líquidos dos investimentos	<b>11</b>	381 400	1 208 984
Rendimentos líquidos dos investimentos	<b>12</b>	1 780 063	1 336 902
Outros Rendimentos e Ganhos		-	22
Outras Despesas	<b>13</b>	( 846 941)	( 791 571)
<b>Resultado Líquido</b>		<b>3 446 323</b>	<b>3 469 354</b>

### O Contabilista Certificado

*Fernando Dias*

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(valores em euro)

Demonstração de Fluxos de Caixa	Notas	31-12-2025	31-12-2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Contribuições</b>			
	<b>9</b>		
Contribuições dos associados		4 560 185	4 583 556
Transferências		3 089 070	9 514 240
<b>Pensões, capitais e prémios únicos vencidos</b>			
	<b>10</b>		
Pensões pagas		(17 465)	( 17 465)
Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias		(36 172)	-
Capitais vencidos (remições/vencimentos)		(2 281 522)	(3 287 643)
Transferências		(3 183 247)	(9 075 484)
<b>Remunerações</b>			
	<b>13</b>		
Remunerações de gestão		(787 232)	( 861 657)
Remunerações de depósito e guarda de títulos		(42 188)	( 45 354)
<b>Outras despesas</b>			
	<b>13</b>		
		(13 981)	( 4 755)
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais</b>		<b>1 287 448</b>	<b>805 437</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Recebimentos</b>			
Alienação / reembolso dos investimentos		33 828 316	71 660 235
Rendimentos dos investimentos		1 797 925	990 008
<b>Pagamentos</b>			
Aquisições de investimentos		(36 176 051)	(78 051 315)
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento</b>		<b>(549 810)</b>	<b>(5 401 072)</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes</b>		<b>737 638</b>	<b>(4 595 636)</b>
<b>Efeitos de alterações da taxa de câmbio</b>			
		-	-
<b>Caixa no início do período de reporte</b>		<b>760 071</b>	<b>5 355 706</b>
<b>Caixa no fim do período de reporte</b>		<b>1 497 708</b>	<b>760 071</b>

### O Contabilista Certificado

*Fernando Sousa*

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. Identificação do Fundo

O Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia ("Fundo") iniciou a sua atividade a 30 de setembro de 2005. Financia planos de pensões de contribuição definida (Plano CD) e de benefício definido (Plano BD).

O Fundo tem 72 planos de pensões financiados por adesões coletivas (70 de contribuição definida e 2 de benefício definido).

A última alteração ao regulamento de gestão data de janeiro de 2024, sendo a sua Entidade gestora a BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. ("Entidade Gestora" ou "BPI Vida e Pensões). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco BPI, S.A. ("Banco BPI").

### 2. Alterações ocorridas no plano de pensões

Durante o exercício de 2025 ocorreram as seguintes alterações:

- Associada da adesão nº 9 – Extinção de quotas-partes, por transferência
- Associada da adesão nº 61 – Extinção do contrato de adesão
- Associada da adesão nº 63 – Alteração da denominação da Associada
- Associada da adesão nº 80 – Alteração da denominação da Associada
- Associada da adesão nº 81 – Alteração do Plano de Pensões
- Associada da adesão nº 84 – Extinção do contrato de adesão, por liquidação
- Associada da adesão nº 88 – Nova Adesão
- Associada da adesão nº 89 – Nova Adesão
- Associada da adesão nº 90 – Nova Adesão
- Associada da adesão nº 91 – Inclusão do Fundo de Pensões Aberto BPI Mais Ações

Em 2025 foram ainda alterados os seguintes Contratos de Adesão, no seguimento da implementação do novo modelo de comissionamento, RJFP/RGDP e/ou branqueamento de capitais:

- Associada da adesão nº 10
- Associada da adesão nº 25

- Associada da adesão nº 49
- Associada da adesão nº 51
- Associada da adesão nº 63
- Associada da adesão nº 65
- Associada da adesão nº 68
- Associada da adesão nº 80

### **3. Natureza e impacto de alterações dos ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo**

Durante os exercícios de 2025 e 2024, não ocorreram alterações relevantes de ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo.

### **4. Bases de Mensuração e Principais Critérios Valorimétricos**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Fundo, adotando os princípios gerais estabelecidos na IAS 1 e o estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) na Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

#### **4.1. Especialização de exercícios**

Na sua generalidade, os rendimentos e gastos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

#### **4.2. Investimentos mobiliários**

As aquisições e alienações de investimentos mobiliários, são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição e alienação, respetivamente.

A avaliação dos ativos mobiliários respeita as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 9/2007 R, de 28 de junho, emitida pela ASF, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (i) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (ii) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez, caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentado. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por um período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida;
- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (i) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas; (ii) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo setor económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado; e, (iii) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise e metodologia dos fluxos de caixa descontados;
- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que, no entender da Sociedade Gestora, melhor reflete o seu presumível valor de realização. Essa cotação foi recolhida em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o Financial Times Interactive Data, o ISMA – International Securities Market Association, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de market makers da escolha da Sociedade Gestora.
- Os investimentos mobiliários com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais existe intenção e capacidade de manter até à maturidade, são reconhecidos ao custo amortizado. Estes ativos são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, sendo o juro calculado através da taxa de juro efetiva. Eventuais perdas por imparidade destes ativos são reconhecidas na demonstração de resultados quando identificadas.

As mais e menos-valias potenciais resultantes da avaliação de aplicações são refletidas na demonstração de resultados, correspondendo à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data de aquisição, no caso de títulos adquiridos no ano. O valor de balanço dos títulos que

transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição, corrigido pelas mais e menos-valias potenciais, geradas após a sua aquisição.

As mais e menos-valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de aplicações são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício.

#### 4.3. Operações com contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de futuros, realizadas em mercados organizados, são refletidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos realizados ou potenciais reconhecidos como proveito ou custo na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos" da demonstração de resultados.

#### 4.4. Comissões

As diversas comissões suportadas pelo fundo, acordadas no contrato de gestão, são contabilizadas na rubrica "Outras despesas" da demonstração de resultados, no período em que ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento. Destacam-se como principais comissões:

- **Comissão de gestão:** corresponde à remuneração da Sociedade Gestora, pela atividade de gestão do património do Fundo.
- **Comissão de depósito:** remuneração do banco depositário pelo exercício das funções de depositário dos investimentos mobiliários e de outros documentos representativos dos ativos que integram a carteira de investimentos do Fundo.

#### 4.5. Pensões, capitais, prémios únicos vencidos e contribuições

O pagamento de pensões, capitais, prémios únicos vencidos, bem como as contribuições para o Fundo efetuadas pelo Associado, são registados como gastos e rendimentos quando pagas e recebidas, respetivamente, concorrendo para a formação do resultado do exercício.

#### 4.6. Operações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não o Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças líquidas originadas pela atualização cambial são refletidas na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos" na demonstração de resultados.

#### 4.7. Impostos

De acordo com as disposições previstas no artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais ("EBF"), os fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão isentos de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") e de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis ("IMT").

A isenção de IRC não abrange os dividendos de ações portuguesas que não tenham permanecido em carteira por um período superior a 1 ano. Por outro lado, os fundos de pensões são ainda eventualmente sujeitos a tributação no estrangeiro, relativamente aos rendimentos aí obtidos.

### 5. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2025, a carteira do Fundo é composta por títulos de dívida pública e outros títulos de dívida, conforme se detalha abaixo, num total de 81 814 371 euros, o que representa um aumento de 3% face ao existente no balanço a 31 de dezembro de 2024.

Na tabela abaixo apresentam-se também os juros corridos no valor de 642 934 euros referentes aos títulos de dívida detidos pelo Fundo, especializados na rubrica "Acréscimos e diferimentos".

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Custo de Aquisição	Mais/Menos Valias Contabilísticas	Mais/Menos Valias Cambiais	Juro Corrido	Total
<b>Títulos de dívida pública</b>					
BONOS Y OBLIG DEL EST.-5.15%-31.10.2028	10 907 600	( 141 600)	-	86 068	<b>10 766 000</b>
EUROPEAN UNION BILL CZ 06.03.2026	10 980 155	182 325	-	-	<b>11 162 480</b>
BILHETES DO TESOURO-CZ-22.05.2026	8 071 348	65 922	-	-	<b>8 137 270</b>
HTM - METRO LISBOA-4.061%-04.12.2026	3 167 500	( 87 987)	-	9 012	<b>3 079 513</b>
HTM - REFER-EP REDE FERR NAC-4.047% 16.11.2026	3 163 976	( 88 347)	-	14 968	<b>3 075 628</b>
HTM - REGIAO AUTONOMA ACORES-0.603%-21.07.2026	1 500 000	-	-	4 039	<b>1 500 000</b>
Total Títulos de dívida pública	<b>37 790 578</b>	<b>( 69 688)</b>	-	<b>114 088</b>	<b>37 720 891</b>
<b>Outros títulos de dívida</b>					
CAISSE D'AMORT DETTE S.-0.6%-25.11.2029	2 805 810	55 211	-	1 835	<b>2 861 021</b>
COCA-COLA CO/THE -1.875%-22.09.2026	3 461 290	25 445	-	17 979	<b>3 486 735</b>
COLGATE-PALMOLIVE CO-0.5%-06.03.2026	2 930 820	59 520	-	12 329	<b>2 990 340</b>
HTM - ABB FINANCE BV-3.125%-15.01.2029	2 978 117	5 501	-	89 897	<b>2 983 618</b>
HTM - ASTRAZENECA PLC-3.625%-03-03-2027	3 019 508	( 9 322)	-	90 277	<b>3 010 186</b>
HTM - BMW US CAPITAL LLC-3%-02.11.2027	3 594 147	2 057	-	17 458	<b>3 596 205</b>
HTM - LINDE PLC-1%-31.03.2027	2 857 641	64 900	-	22 603	<b>2 922 541</b>
HTM - UNILEVER CAPITAL CORP-3.3%-06.06.29	3 016 605	( 3 746)	-	56 416	<b>3 012 859</b>
HTM- DH EUROPE FINANCE SA-1.2%-30.06.2027	3 319 689	79 060	-	21 173	<b>3 398 749</b>
HTM- PEPSICO INC-0.5%-06.05.2028	2 753 725	76 971	-	9 822	<b>2 830 696</b>
IBM CORP-1.25%-29.01.2027	2 916 660	45 510	-	34 521	<b>2 962 170</b>
JOHNSON & JOHNSON-2.7%-26.02.2029	998 540	2 620	-	22 784	<b>1 001 160</b>
NOVO NORDISK FINANCE NL3.375%-21.05.2026	3 028 770	( 20 250)	-	62 137	<b>3 008 520</b>
PROCTER & GAMBLE CO/TH-3.25%-02.08.2026	3 032 460	( 17 580)	-	40 336	<b>3 014 880</b>
VOLVO TREASURY AB-3.125%-08.09.2026	3 011 700	2 100	-	29 281	<b>3 013 800</b>
Total Outros títulos de dívida	<b>43 725 483</b>	<b>367 997</b>	-	<b>528 846</b>	<b>44 093 480</b>
<b>Total</b>	<b>81 516 061</b>	<b>298 309</b>	-	<b>642 934</b>	<b>81 814 371</b>

## Riscos associados à carteira de investimentos

### Exposição e Origem do Risco

- Risco de mercado: é decorrente das oscilações nos preços dos títulos que compõem a carteira de cada fundo.
- Risco de taxa de juro: risco de movimentos adversos (subida) nos vários prazos das taxas de juro, com impacto no preço das obrigações de taxa fixa.
- Risco de crédito: corresponde à possibilidade de um emitente de determinado título não ter capacidade financeira suficiente para fazer face às suas responsabilidades.
- Risco cambial: resulta da detenção de ativos em moeda estrangeira e da variação das taxas de câmbio destas moedas.
- Risco de liquidez: consiste na eventual dificuldade na realização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.
- Risco operacional: resulta da falha (ou deficiências) de processos internos, recursos humanos, sistemas, fraude ou outros que possam afetar o normal funcionamento da atividade da Sociedade Gestora.

### Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco

O Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia considera a gestão do risco uma das disciplinas fundamentais no seu modelo de funcionamento. Para isso dispõe de uma equipa dedicada ao controlo do Risco, a qual utiliza diversas ferramentas para medir e quantificar a exposição aos riscos. Privilegia-se a identificação e monitorização dos diferentes fatores de risco e a partilha de informação sobre o risco das carteiras com gestores e órgãos da administração.

No que diz respeito ao Risco de Mercado, utiliza-se o Value-at-Risk ("VaR") para determinar a estimativa de perda máxima esperada para uma carteira, num determinado horizonte temporal, com um determinado nível de confiança. O Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia dispõe de uma solução analítica partilhada entre os gestores e a equipa responsável pela monitorização de risco, que implementa uma análise baseada em modelos de fatores.

A exposição ex-ante das carteiras aos principais fatores de risco (e.g. mercado, indústria, país, moeda, taxa de juro, risco de crédito), em termos de volatilidade absoluta ou relativamente a um benchmark, passou assim a ser aferida em cada momento através do software "PORT". Este sistema avalia a contribuição de cada fator para o risco total da carteira de investimentos.

O Risco de Crédito é também capturado pelo modelo de fatores da Bloomberg, que engloba fatores destinados a captar esta dimensão do risco.

Com o objetivo de mitigar o Risco de Liquidez, cada gestor mantém excedentes de liquidez suficientes, para fazer face às responsabilidades financeiras a cargo do Fundo. Os instrumentos de leitura desta dimensão do risco, são ainda reforçados com a elaboração periódica de mapas informativos que permitem acompanhar a evolução da liquidez.

No âmbito do Risco Operacional, é aferido o impacto dos riscos associados a cada atividade, analisando as ocorrências e compreendendo o tipo de falhas e a quantificação dos custos associados.

Por último, e tendo em consideração a monitorização dos limites legais e das políticas de investimento, os alertas de incumprimento são enviados aos gestores sempre que as carteiras de investimento são encerradas. Estão ainda definidos limites de exposição por Contraparte, relativos às operações por liquidar.

#### Análise de sensibilidade

Conforme acima referido, uma medida que agrega os principais riscos de mercado e utilizada pelo Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia é o Value-at-Risk. Para o cálculo deste indicador, são utilizadas as volatilidades e correlações apuradas historicamente para os diferentes títulos, baseadas nos preços dos últimos 365 dias.

Em 31 de dezembro de 2025, o Value-at-Risk com um nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 mês pode ser detalhado com o contributo das seguintes classes de ativos:

<b>VaR / Carteira (%)</b>	<b>VaR (EUR)</b>	<b>Contributo Ações (%)</b>	<b>Contributo Taxa de Juro (%)</b>	<b>Contributo Moeda (%)</b>
0.22	180 665	0.00	0.22	0.00

Quanto à exposição ao risco de taxa de juro, apresenta-se a análise de sensibilidade a variações de +/- 100 pontos base:

Sensibilidade da taxa de juro		
Impacto - 100 bps		
Valor Carteira	Valor após Impacto - 100 bps	Variação
83 875 176	84 948 504	1.3%
Impacto + 100 bps		
Valor Carteira	Valor após Impacto + 100 bps	Variação
83 875 176	82 801 849	-1.3%

## 6. Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica referia-se a depósitos à ordem domiciliados no Banco BPI, com o seguinte detalhe:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Depósitos à Ordem - EUR	1 497 708	760 071
<b>Total</b>	<b>1 497 708</b>	<b>760 071</b>

## 7. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica respeita a Acréscimos e Diferimentos, onde estão registados os juros a receber dos títulos de dívida pública e outros títulos de dívida.

(valores em euro)

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Juros a receber (Nota 5)	642 934	660 796
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>	<b>642 934</b>	<b>660 796</b>
<b>Total</b>	<b>642 934</b>	<b>660 796</b>

## 8. Passivo

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica respeita, essencialmente, a valores a regularizar de impostos e à entidade gestora e valores a regularizar referentes a comissões.

(valores em euro)

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Entidade Gestora	( 72 558)	( 69 149)
Estado e outros entes públicos	( 3 643)	( 4 595)
Outras Entidades	( 3 635)	( 3 505)
<b>Credores</b>	<b>( 79 836)</b>	<b>( 77 248)</b>
<b>Total</b>	<b>( 79 836)</b>	<b>( 77 248)</b>

## 9. Contribuições

Durante o exercício de 2025, as contribuições efetuadas foram superiores ao estimado, conforme se apresenta na tabela abaixo:

(valores em euro)

Contribuições 2025		Diferença
Estimado (1)	Efetivo (2)	(2) - (1)
3 827 760	4 560 185	732 425

Durante os exercícios de 2025 e 2024, os associados efetuaram as seguintes contribuições:

(valores em euro)

Contribuições 2025				Contribuições
Associados	Participantes	Transferências	Total	2024
4 560 185	-	3 089 070	<b>7 649 255</b>	<b>14 097 796</b>

Em 2025, procedeu-se a uma alteração na metodologia no cálculo do valor das transferências apresentadas no presente relatório e contas. Passaram a ser desconsideradas as transferências internas realizadas no âmbito do próprio fundo, com o objetivo de assegurar uma representação mais clara e transparente das operações efetivamente relevantes do ponto de vista financeiro.

## 10. Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Durante os exercícios de 2025 e 2024, os benefícios pagos têm a seguinte composição:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Pensões de velhice	7 858	7 858
Pensões de invalidez	6 328	6 328
Pensões de viuvez	3 279	3 279
<b>Pensões</b>	<b>17 465</b>	<b>17 465</b>
Transferências	3 183 247	9 075 484
Remições	2 157 392	2 860 830
Reembolso Capital IRS	123 178	429 000
Prémios Únicos	36 172	-
<b>Outros</b>	<b>5 499 989</b>	<b>12 365 314</b>
<b>Total</b>	<b>5 517 455</b>	<b>12 382 779</b>

Em 2025, procedeu-se a uma alteração na metodologia no cálculo do valor das transferências apresentadas no presente relatório e contas. Passaram a ser desconsideradas as transferências internas realizadas no âmbito do próprio fundo, com o objetivo de assegurar uma representação mais clara e transparente das operações efetivamente relevantes do ponto de vista financeiro.

## 11. Ganhos líquidos dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas têm a seguinte composição:

(valores em euro)

Ganhos Líquidos	2025						2024
	Instrumentos de capital	Títulos de dívida pública	Outros títulos de dívida	Numerário	Outras aplicações	Total	
Mais Valias	-	358 184	420 578	-	-	<b>778 762</b>	<b>1 469 890</b>
Menos Valias	-	( 344 550)	( 52 812)	-	-	<b>( 397 362)</b>	<b>( 260 906)</b>
<b>Total</b>	-	<b>13 633</b>	<b>367 767</b>	-	-	<b>381 400</b>	<b>1 208 984</b>

Face ao exercício de 2024, verificou-se uma acentuada diminuição nas mais valias e um aumento ligeiro nas menos valias na valorização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.

## 12. Rendimentos líquidos dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas têm a seguinte composição:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Outros títulos de dívida	1 416 232	810 317
Títulos de dívida pública	363 831	527 717
Numerário	-	( 1 132)
<b>Total</b>	<b>1 780 063</b>	<b>1 336 902</b>

### 13. Outras despesas

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo, é da sua responsabilidade efetuar os pagamentos de comissões à Entidade Gestora e ao Banco Depositário.

O detalhe das comissões e outras despesas contabilizadas durante os exercícios de 2025 e 2024 é apresentado na tabela em baixo:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Comissões de Gestão Financeira	740 681	700 017
Comissão de Depósito	42 319	38 829
<b>Comissões</b>	<b>783 000</b>	<b>738 847</b>
Outras Despesas	31 862	22 280
Imposto selo s/ comissões	30 342	28 702
Taxa para I.S.P.	1 737	1 743
<b>Impostos e Taxas</b>	<b>63 941</b>	<b>52 724</b>
<b>Total</b>	<b>846 941</b>	<b>791 571</b>

As comissões suportadas durante o exercício foram calculadas conforme segue:

Tipo comissão	Tipo Plano	Descrição do método de cálculo
Administrativa	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de participantes.
Administrativa	Plano BD	A comissão é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Financeira	Todos	A comissão é definida em % e aplicada trimestralmente ao valor do Fundo sob gestão.
Financeira Incentivo	Todos	A comissão é definida em %, em função da rentabilidade obtida pelo fundo face ao benchmark definido, e aplicada ao valor do Fundo sob gestão.
Atuarial	Plano BD	A comissão atuarial é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Pagamento Benefícios	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de processos tratados.
Pagamento Benefícios	Plano BD	A comissão é calculada em função do número de pensionistas.

A BPI Vida e Pensões cobra uma Comissão de Gestão Financeira trimestral descrita nos contratos de adesão que terá o valor máximo de 0,5% (2% ao ano) sobre o valor líquido global do Fundo, apurado

com referência ao último dia de cada trimestre civil. A remuneração do Banco pelo serviço de depositário consiste na aplicação da comissão trimestral de 0,0125% (0,05% ao ano) sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia de cada trimestre civil, deduzido dos valores monetários depositados em contas bancárias, independentemente da instituição de crédito nas quais essas contas bancárias se encontrem abertas.

A rubrica de Outras Despesas é composta maioritariamente pelas cargas de Gestão Administrativa que ascendem a 17 743€.

Os honorários de auditoria da PwC afetos ao exercício de 2025 totalizam o montante de 8 478€, incluindo os serviços distintos de auditoria em 1 413€.

#### **14. Transações que envolvam o fundo de pensões e o associado ou empresas com este relacionadas**

Não existem transações que envolvam o fundo de pensões e o associado ou empresas com este relacionadas.

#### **15. Ativos e passivos contingentes**

Não existem ativos e passivos contingentes.

#### **16. Garantias por parte da entidade gestora**

A Entidade Gestora assume o risco de investimento associado ao Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia, sendo garantido o valor da conta de investimento de cada aderente (individual ou coletivo) no final de cada exercício.

A Companhia assume o risco de investimento associado a este Fundo de Pensões, cujo valor patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 ascendia a 84M Euros e 80M Euros, respetivamente.

#### **17. Eventos Subsequentes**

As intervenções militares no Médio Oriente, que se iniciaram no final de fevereiro de 2026, criaram condições para um agravamento do ambiente de incerteza para a economia mundial e para os mercados financeiros. Não sendo possível estimar à data as potenciais consequências económicas e políticas destes acontecimentos, o Conselho de Administração irá manter o acompanhamento regular

e contínuo dos efeitos dos referidos eventos adotando as medidas de resposta mais adequadas aos impactos estimados ou verificados.

Além dos aspetos referidos, à data de emissão das contas de 2025, não são conhecidos eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025.





## Certificação Legal das Contas

### Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia (o Fundo), gerido pela BPI Vida e Pensões - Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade Gestora), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 83.955.013 euros e um valor do Fundo de 83.875.176 euros), a demonstração de resultados (que evidencia um resultado líquido de 3.446.323 euros) e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

---

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000 | Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social 314.000 EUR

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.  
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

DocID: Njg0MjhOWY3ZGFhZWQ1YmQzMTE3ZGRmDE2ODUzMTE3MjExNjAyNzc0NDZfENMQw==

**Justo valor de instrumentos financeiros**

Mensuração e divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros apresentadas nas notas anexas 4 e 5 das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentados na demonstração da posição financeira nas linhas de títulos de dívida pública e outros títulos de dívida, no montante de 81.814.370 euros, representam 97% do total do ativo do Fundo em 31 de dezembro de 2025 e constituem uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no ativo do Fundo, mas também por a sua mensuração requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da Entidade Gestora. A mensuração dos instrumentos financeiros envolve julgamento na determinação do seu justo valor, nomeadamente quanto à seleção dos preços/cotações divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços. Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração utilizadas pela Entidade Gestora podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram: i) a identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros; ii) a verificação dos preços/cotações provenientes de fontes externas para os instrumentos financeiros detidos pelo Fundo, selecionadas em conformidade com os critérios definidos nas políticas internas; e iii) a análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registos contabilísticos. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o justo valor e respetivas técnicas de mensuração dos instrumentos financeiros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas de relato financeiro em vigor.

---

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização da Entidade Gestora pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

e) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 11.º da Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez para o exercício de 2023, através da aceitação pela Entidade Gestora da proposta de prestação de serviços profissionais datada de 8 de fevereiro de 2024, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu com a aprovação da proposta de serviços profissionais, datada de 15 de setembro de 2025, para o exercício de 2025.
- b) O órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora em 30 de abril de 2026.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo durante a realização da auditoria.

30 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

DocuSigned by:  
*Carlos Maia*  
94AAA81AB5424C5...

Carlos Manuel Sim Sim Maia, ROC n.º 1138  
Registado na CMVM com o n.º 20160750